



Boletim Informativo Bimestral

Circulação interna



Águas e Paisagem II

Programa Capixaba de Segurança Hídrica

2026

JUNHO – JULHO

Edição 14



Valor

A contratação de uma empresa ou consultoria não encerra o trabalho da Administração Pública. Ao contrário, inaugura uma etapa decisiva: a gestão do contrato e o acompanhamento da entrega. É nesse período que o planejamento deixa o papel, os produtos começam a ser testados e as soluções precisam demonstrar com efetividade sua capacidade de responder aos problemas que motivaram a contratação.

No Programa Águas e Paisagem II, essa compreensão está associada à ideia de jornada estendida. Um projeto não deve ser visto apenas como uma sequência de procedimentos até a entrega técnica, mas como um processo que atravessa o diagnóstico do problema, a concepção da solução, sua utilização e a geração de benefícios para a sociedade. O chamado Go Live não representa o ponto final. A efetividade depende do uso, da avaliação dos resultados, do diálogo com os usuários e de ajustes contínuos.

Por isso, a gestão eficiente exige acompanhamento próximo, definição clara de responsabilidades, análise dos produtos, registro das ocorrências e comunicação permanente entre fiscais, gestores e contratados. Entregas intermediárias, testes e ciclos de feedback permitem corrigir rotas, reduzem riscos e aproximam o resultado da realidade de quem utilizará o serviço ou será alcançado por ele.

Foi com esse propósito que o Programa promoveu a capacitação em Gestão e Fiscalização Contratual na Lei nº 14.133/2021. O curso fortaleceu os conhecimentos das equipes, abordando atribuições, procedimentos, controles e boas práticas indispensáveis ao acompanhamento dos contratos públicos.

Mais do que cumprir etapas administrativas, gerir e fiscalizar é garantir que os recursos investidos se convertam em soluções úteis, sustentáveis e alinhadas ao interesse público. A contratação só se confirma como bem-sucedida quando o produto é utilizado, aperfeiçoado e capaz de produzir valor real para a sociedade.

Boa Leitura.



Programa Capixaba de Segurança Hídrica | Águas e Paisagem II

Espirito Santo Water Security Management Project

\$ 113,6 MILHÕES DE DÓLARES

ATOES PRINCIPAIS

- Banco Mundial
- Sep – Secretaria de Estado de Economia e Planejamento
- Seama – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- Agerh – Agência Estadual de Recursos Hídricos
- DER-ES – Departamento de Edificações e Rodovias do Espírito Santo
- Cepdec – Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil

ASSINATURA

13/08/2024

EFETIVIDADE

07/11/2024

OBJETIVOS

- Fortalecer a capacidade do estado para gerenciar riscos à segurança hídrica em um contexto de mudanças climáticas
- Reduzir esses riscos em áreas selecionadas do território do Mutuário
- Em caso de Crise Elegível ou Emergência, responder pronta e efetivamente a ela

INVESTIMENTOS

Governo do Estado: US\$ 27.500.000
Banco Mundial: US\$ 86.100.000
Valor total: US\$ 113.600.000

PRAZO DE EXECUÇÃO

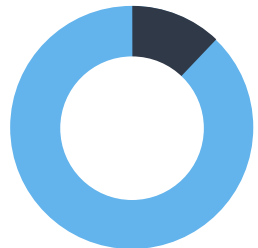
30/06/2029





U\$ 8.015.450,75

Valor desembolsado



● Desembolsado **9,3%**
● Não Desembolsado **90,7%**

Informação sobre o Empréstimo (USD)

Valor Assinado	86.100.000,00
Cancelado	0,00
Desembolsado	8.015.450,25
Não desembolsado	78.084.549,75
Compromissos especiais	0,00
Recursos disponíveis	78.084.549,75

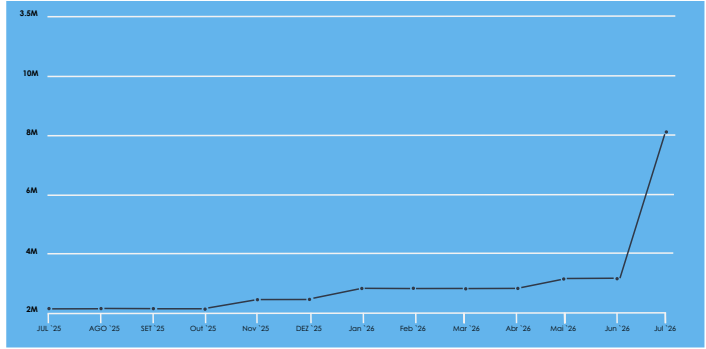
Recursos disponíveis (USD)

Pedidos de saque	0,00
Pedidos de Emissão de Compromisso Especial	0,00

Recursos estimados disponíveis **78.084.549,75**

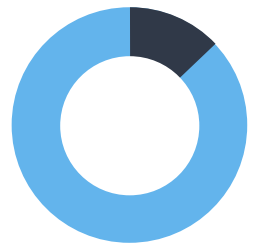
Valores em USD

Moeda de Compromisso do Empréstimo: USD



U\$ 12.712.993,35

Valor comprometido



● Comprometido **14,77%**
● Não Comprometido **85,23%**

U\$ 32.133.765,41

Previsão de valor comprometido até AGOSTO 2026



● Expectativa de comprometimento até agosto/26 **37,32%**
● Não Comprometido **62,68%**

Contratos na eminência de assinatura (USD):

Estudo de Sustentabilidade Financeira Agerh:	583.456,74
CERD:	16.892.662,96
SUP. CERD:	921.715,49
Auto Escadas (carta de crédito):	30.000,00
Passagens Aéreas (A. Escadas):	6.531,61
Equipamento TI UGP:	69.847,91
Plano Secas:	379.392,39
Regionalização de Vazões:	478.765,02
Veículo Reflorestar:	58.400,00

Total:

U\$ 19.420.772,06

Obs.: Refinanciação realizada conforme valores contratados de PSA.



COMITÊ DIRETIVO

- ÁLVARO DUBOC
- VICTOR RICCIARDI
- FÁBIO AHNERT
- EDMAR FRAGA
- BENÍCIO FERRARI
- GERMANO F. WERNERSBACH

SUBCAP

- ANDRESSA PAVÃO
- JOSÉ FELZ
- BÁRBARA CRISTINA
- NITZA BARROS
- LEONARDO DAHER
- ANDRÉA NOBRE

UGP

- GERMANO F. WERNERSBACH
- AIRA DOS SANTOS
- ALEXSANDER SILVEIRA
- ELIZANE JUBINI
- FÁBIO MARQUEZ
- JOSÉ DE ALMEIDA
- ANELIA BARONE

CONSULTORES

- SHEYANNE G. DA FONSECA
- RICARDO REZENDE
- ADRIANO LEÃO
- CLOTILDE BENEVENUT
- MARCELO LOUREIRO

AGERH

- GIZELLA IGREJA
- GISELE GAVAZZA
- IZABELA BATISTA
- SÍLVYA NOGUEIRA
- RODRIGO AFONSECA
- GABRIEL DRESCHER
- PEDRO LUCAS COSMO
- EUNICE PORTO
- SILVIO CORDEIRO

SEAMA

- GABRIEL NUNES
- FÁBIO MARQUEZ
- LUCÉLIO LOVATTI
- LIVIA ALMEIDA
- GABRIEL ROSA
- FABRÍCIO ZANZARINI
- LIVIA NAMAN

DER-ES

- LUCÉLIA FEHLBERG
- AÉCIO SCHUMACHER
- GUSTAVO PASSOS LEITE
- DENISE SOUZA GOTARDO
- SILVÂNIA CARDOSO
- FABRÍCIA DALCOMO
- IVO MACINA

CEPDEC

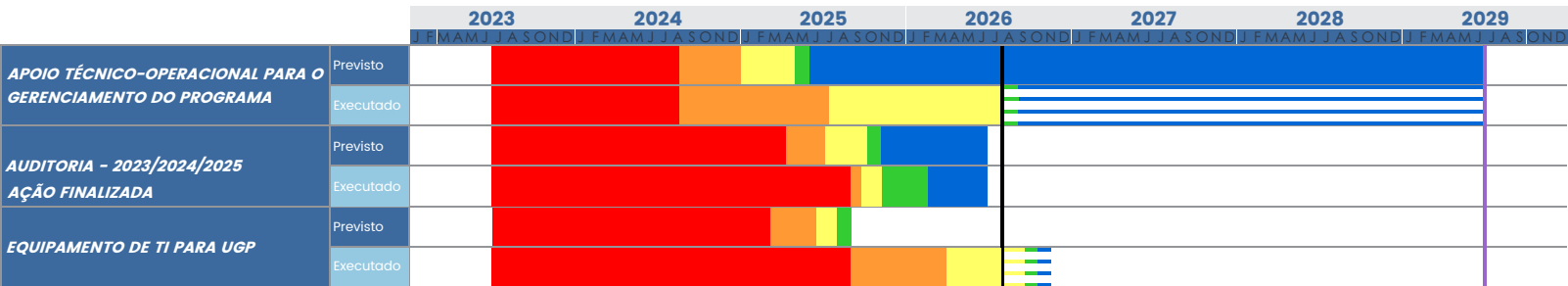
- MAJ NATANAEL OLIVEIRA
- CAP JOCIRLEY BUBACH
- SGT STEFANO MORONARI
- SGT THIAGO HENRIQUE
- ERIKA FROTA



ENTREGAS

- 01 Auditoria - Relatório Final aprovado pelo Banco Mundial
- 02 Capacitação Gestão e Fiscalização na Lei 14.133/2021: Realizada (08 participantes)
- 03 Lançamento de 03 SMLs
- 04 Homologação de 02 processos de contratação
- 05 Atualização do Plano de Investimento junto ao Comitê Diretivo

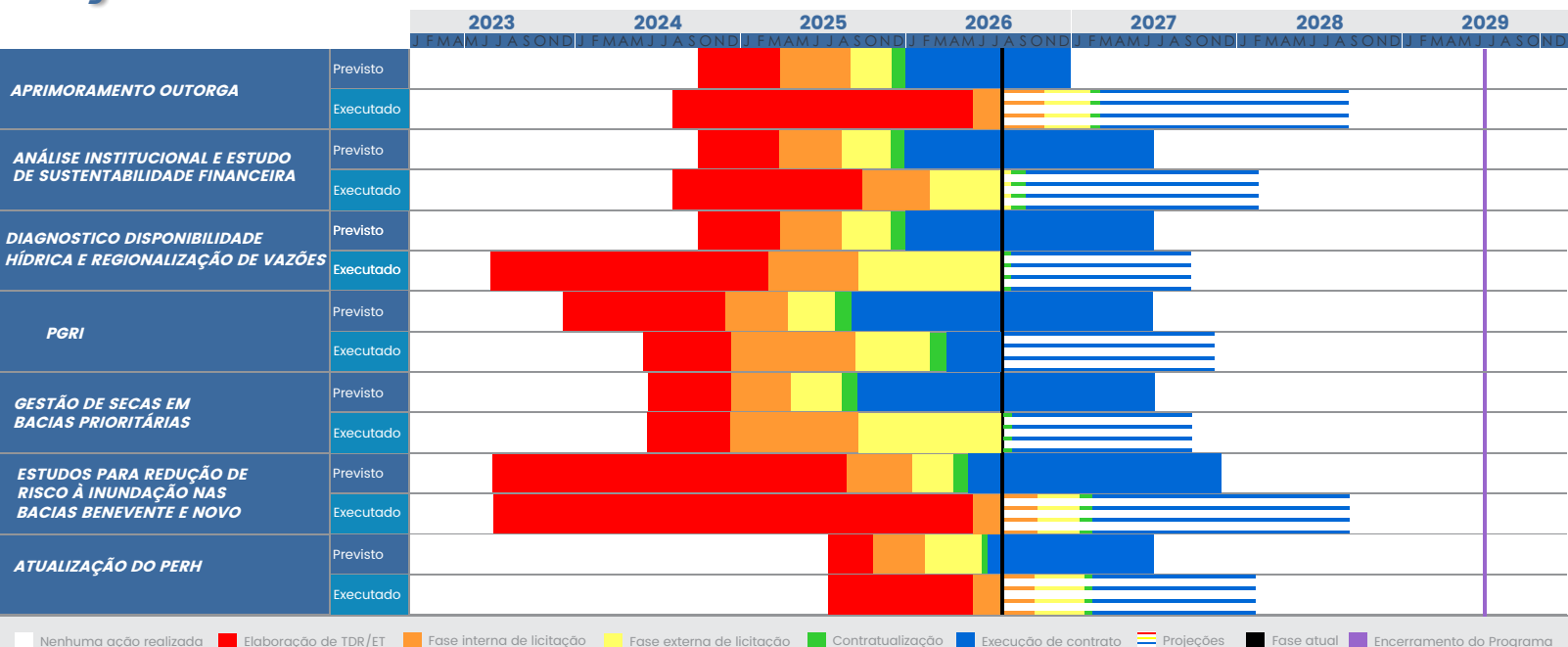
AÇÕES EM ANDAMENTO



ENTREGAS

- 01 *PGRI: Realizada reunião de kickoff com empresa*
- 02 *Sistema de Informação Agerh: público externo habilitado ao uso*
- 03 *Atualização do PERH: SMI publicada*
- 04 *Estudo Benevente e Novo: SMI publicada*
- 05 *Aprimoramento da Outorga: SMI publicada*
- 06 *Participação em capacitação Gestão e Fiscalização na Lei 14.133/21*

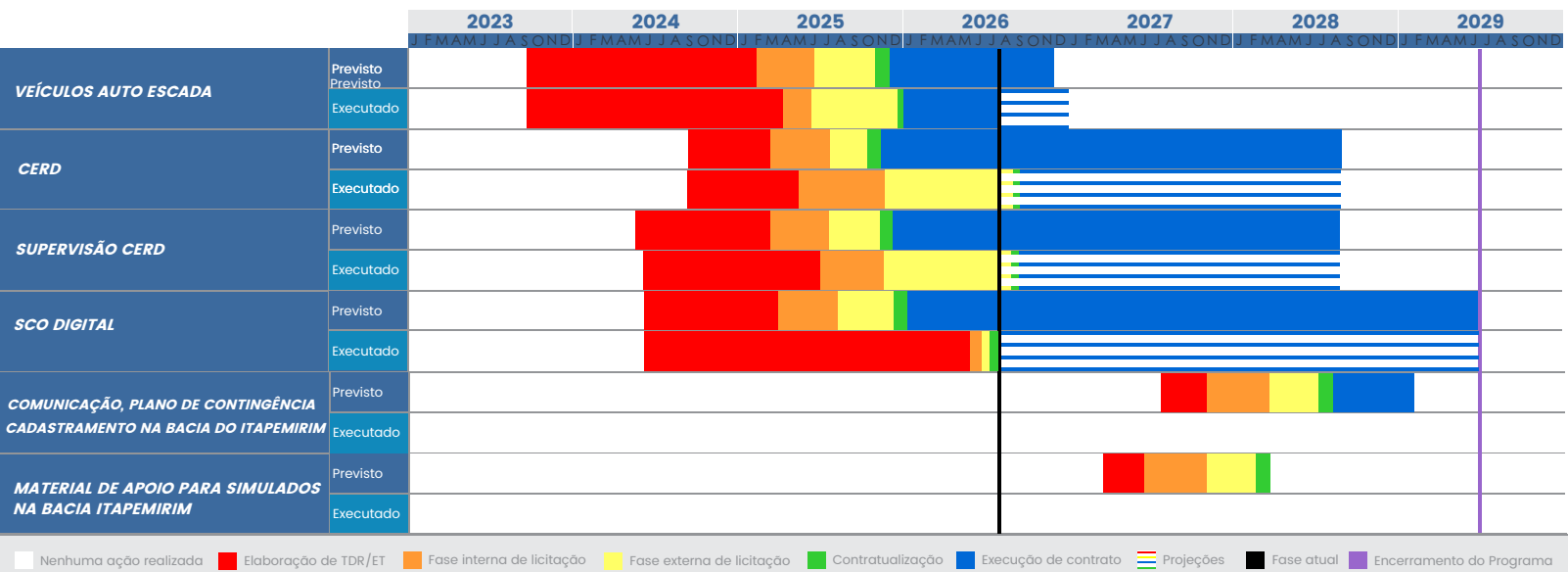
AÇÕES EM ANDAMENTO



ENTREGAS

- 01 SCO Digital: assinatura contratual
- 02 CERD: Nota Técnica 09 aprovada
- 03 Supervisão Obra CERD: Técnica 09 aprovada
- 04 Participação em capacitação Gestão e Fiscalização na Lei 14.133/21

AÇÕES EM ANDAMENTO

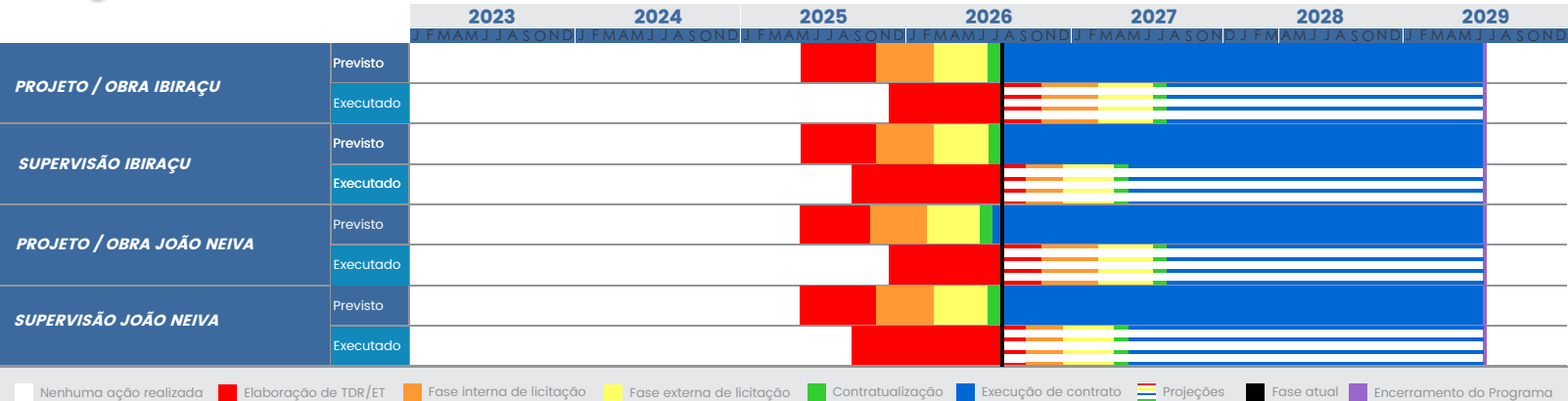




ENTREGAS

- 01 Supervisão e Obra Ibiraçu e João Neiva: entrega de anteprojeto preliminar ao BIRD
- 02 Consulta Prévia João Neiva e Ibiraçu aprovada no IEMA

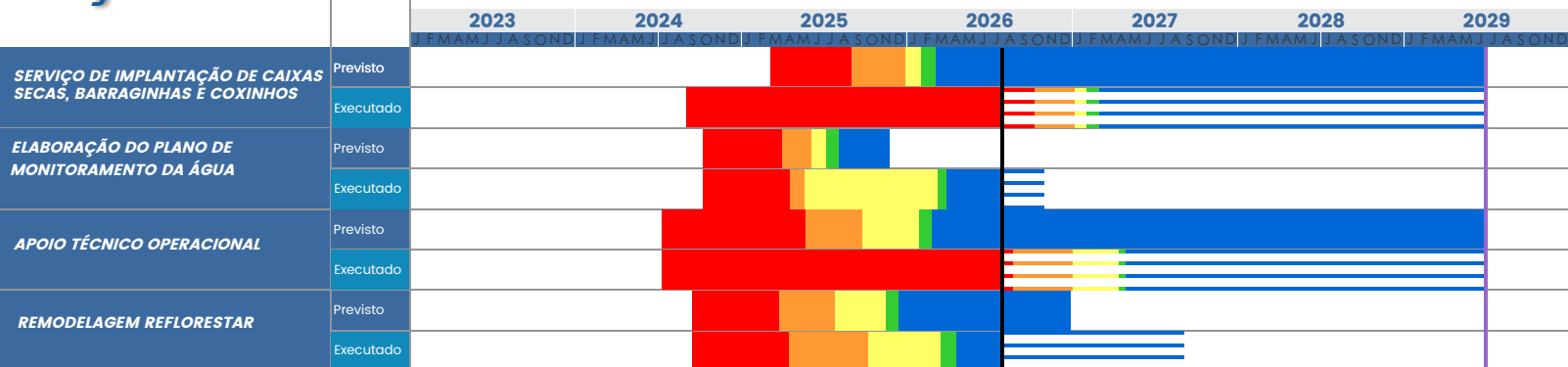
AÇÕES EM ANDAMENTO



ENTREGAS

- 01 Plano de Monitoramento da Água: Produto 01 e 02 encaminhados ao Banco Mundial**
- 02 Remodelagem Reflorestar: Seminário inicial com empresa realizado**
- 03 Participação em capacitação Gestão e Fiscalização na Lei 14.133/21**

AÇÕES EM ANDAMENTO





PRIORIDADES



asap.

01

Consolidar 4º Relatório Semestral

02

Estudo Benevente e Novo: processar SMI

03

Aprimoramento de Outorga: processar SMI

04

PERH: processar SMI

05

ATO Reflorestar: aprovar TDR junto ao BIRD

06

Projeto/obra CERD: efetivar contratação

07

Ibiraçu e João Neiva: aprovar anteprojeto junto ao BIRD

08

Ibiraçu e João Neiva: aprovar ET junto ao BIRD

09

Ibiraçu e João Neiva: contratar Licença FIDIC

10

Ibiraçu e João Neiva: aprovar TDR Supervisão junto ao BIRD



Reunião marca início da remodelagem do Programa Reflorestar



Reunião inicial dos trabalhos de remodelagem do Programa Reflorestar

Representantes do Governo do Estado, do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), da Unidade de Gerenciamento do Programa Águas e Paisagem II e da empresa MBS Estratégias e Sistemas Ltda. participaram, nos dias 6 e 7 de julho, da reunião inicial dos trabalhos de remodelagem do Programa Reflorestar. O encontro foi realizado no Hub Epicentro, na sede do Bandes, em Vitória.

A programação apresentou à equipe contratada a trajetória, a estrutura de funcionamento e os principais desafios do Reflorestar, formando uma base comum de conhecimento para as atividades previstas. Ao longo dos dois dias, foram abordados o histórico do programa, sua organização institucional, a atuação das equipes e dos parceiros, além das legislações e normas relacionadas à execução das ações.

Também estiveram em pauta o Portal Reflorestar, as premissas financeiras e a estrutura de financiamento, bem como a relação entre o programa e o Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Florestais do Espírito Santo, o Fundágua. A Unidade de Gerenciamento apresentou ainda a inserção do Reflorestar no Programa Águas e Paisagem II e sua contribuição para os objetivos ambientais da iniciativa.

No segundo dia, as discussões se concentraram nas metas do Reflorestar e em sua integração com outras políticas e programas públicos, incluindo ações ligadas à regularização ambiental, à conservação da vegetação nativa e às mudanças climáticas. Os participantes analisaram as principais potencialidades, dificuldades e pontos críticos da execução do programa.

As percepções das consultorias técnicas e do Bandes foram compartilhadas com a equipe da MBS, ampliando a compreensão sobre os fluxos de trabalho, os procedi-

mentos existentes e as oportunidades de aperfeiçoamento. A troca de experiências permitiu reunir diferentes visões sobre a execução do programa e identificar aspectos que deverão ser considerados ao longo do processo de remodelagem.

Entre os pontos discutidos, destacou-se a necessidade de tornar os procedimentos mais ágeis, integrados e acessíveis aos diferentes públicos envolvidos. A expectativa é que o trabalho contribua para o aprimoramento das ferramentas de gestão, do acompanhamento das ações e da comunicação entre as instituições responsáveis pela execução do Reflorestar.

A reunião marcou, assim, a primeira etapa de um trabalho voltado à modernização e ao fortalecimento do Reflorestar. A iniciativa busca ampliar cada vez mais as ações de restauração florestal, conservação ambiental e proteção dos recursos hídricos no Espírito Santo.



Curso fortalece gestão e fiscalização de contratos no Programa Águas e Paisagem II



Capacitação faz parte da política de qualificação da equipe promovida pelo Banco Mundial

Servidores que atuam no Programa de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas do Espírito Santo – Programa Águas e Paisagem II participaram, entre os dias 13 e 15 de julho de 2026, do curso "Gestão e Fiscalização Contratual na Lei nº 14.133/2021". A capacitação foi realizada presen-

cialmente no 7º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar, em Vila Velha, com carga horária de 20 horas.

A iniciativa integra o Termo de Cooperação firmado entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama) e a Escola de Serviço Público do Espírito Santo (Esesp), com o objetivo de oferecer cursos de

capacitação às equipes que compõem o Programa Águas e Paisagem II.

Durante o curso, os participantes aprofundaram conhecimentos sobre planejamento, gerenciamento e fiscalização de contratos administrativos conforme a Lei nº 14.133/2021.

A programação abordou aspectos relacionados à formalização contratual, ao acompanhamento da execução dos serviços, à identificação de riscos, à adoção de providências diante de falhas e à aplicação de sanções.

Além do conteúdo técnico, o encontro proporcionou espaço para esclarecimento de dúvidas e troca de experiências entre profissionais de diferentes órgãos e unidades implementadoras do programa.

A interação contribui para aproximar procedimentos, aperfeiçoar rotinas e fortale-

cer a segurança das decisões administrativas.

A realização do curso reforça o compromisso do Programa Águas e Paisagem II com a qualificação contínua de suas equipes e com o aprimoramento da gestão pública. Ao investir na formação dos servidores, o programa busca ampliar a eficiência na aplicação dos recursos, fortalecer os mecanismos de controle e garantir maior transparência na condução das contratações.

A parceria entre a Seama e a Esesp prevê outras ações de capacitação voltadas às necessidades das equipes do programa. A expectativa é que as próximas formações contribuam para padronizar procedimentos e melhorar os resultados entregues à população capixaba.



Novo sistema da Agerh automatiza outorga e amplia o acesso dos usuários



A gestão dos recursos hídricos no Espírito Santo ganhou uma importante ferramenta de modernização com a implantação da outorga automatizada pela Agência Estadual de Recursos Hídricos (Agerh). Por meio do HidroAGERH, pedidos que antes dependiam de análise individual passaram a contar com processamento digital,

permitindo que determinados requerimentos sejam avaliados e concluídos em poucos minutos.

A outorga é um dos principais instrumentos da gestão das águas, pois autoriza o uso dos recursos hídricos por determinado período e de acordo com condições específicas. Com a nova sistemática, o usuário acessa o

HidroAGERH, preenche o formulário eletrônico, apresenta a documentação exigida e acompanha o processo digitalmente. Quando a solicitação atende aos critérios técnicos estabelecidos, o próprio sistema realiza a análise e possibilita a emissão automática da Portaria de Outorga.

Nesta primeira etapa, a modalidade automatizada contempla pedidos relacionados à irrigação, ao abastecimento humano, ao uso industrial e à dessedentação animal, respeitados os limites técnicos definidos para cada tipo de utilização.

A iniciativa tem impacto especialmente relevante para o setor rural capixaba, onde a irrigação desempenha papel estratégico na produção agrícola. Ao simplificar o acesso à regularização, a ferramenta contribui para ampliar o número de usuários

formalmente autorizados e, ao mesmo tempo, melhora a qualidade das informações disponíveis para a gestão das águas no Estado.

Mais do que reduzir etapas administrativas, a digitalização fortalece o planejamento hídrico. Conhecer quem utiliza a água, quanto utiliza e em quais condições é essencial para compatibilizar diferentes demandas, promover segurança aos usuários e contribuir para o uso sustentável dos recursos disponíveis.

A implantação do HidroAGERH também integra um processo mais amplo de transformação digital dos serviços prestados pela Agerh. A perspectiva é que a plataforma evolua gradualmente, incorporando novas funcionalidades e ampliando o atendimento aos usuários de recursos hídricos no Espírito Santo.



SCO Digital: a evolução do Sistema de Comando em Operações

Por Maj. Natanael Silva de Oliveira – Coodenador da UIP Cepdec

As chuvas que atingiram o Espírito Santo em dezembro de 2013 representaram um dos maiores desafios já enfrentados pela Proteção e Defesa Civil estadual. Com mais de 50 municípios afetados, o Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo (CBMES) mobilizou equipes para salvamentos, resgates, retirada de pessoas ilhadas e distribuição de assistência humanitária, contando com o apoio de instituições como o NOTAER, Exército Brasileiro, Marinha do Brasil, Força Nacional de Segurança Pública, Corpos de Bombeiros de outros estados e diversos órgãos estaduais e municipais.

Para coordenar uma operação dessa magnitude, foi instalado no Quartel do Comando-Geral um Posto de Comando Central, responsável por consolidar informações e direcionar recursos para as áreas mais críticas. A gestão foi conduzida com base no Sistema de Comando em Operações (SCO), metodologia brasileira inspirada no Incident Command System (ICS), desenvolvido nos Estados Unidos na década de 1970. Na época, a consciência situacional era construída com mapas fixados nas paredes, formulários impressos, planilhas e anotações em post-its, ferramentas que se mostraram eficientes, mas compatíveis com a realidade tecnológica daquele momento.

Treze anos depois, a gestão de desastres evoluiu significativamente. O Espírito Santo estruturou seu Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil, fortalecendo a atuação integrada de mais de dezotto órgãos estaduais, além dos órgãos municipais, federais e instituições parceiras. Como parte desse processo, foi implantado o Centro de Inteligência em Defesa Civil (CIDEC), concebido para integrar informações estratégicas, apoiar o monitoramento de riscos e coordenar as operações de resposta em um ambiente colaborativo.

Entretanto, uma estrutura moderna de gestão exige mais do que a integração física das instituições. O aumento da complexidade das ocorrências, do volume de informações e da quantidade de recursos empregados tornou indispensável uma plataforma capaz de compartilhar

dados em tempo real, registrar decisões, acompanhar recursos e fornecer uma consciência situacional única para todos os envolvidos na operação.

Foi nesse contexto que o Governo do Estado está implantando o SCO Digital, plataforma baseada na solução WebEOC, desenvolvida pela empresa norte-americana Juvare e disponibilizada no Brasil em parceria com a CODEX. Reconhecida internacionalmente, a plataforma é utilizada por organizações de emergência, segurança pública, saúde e gestão de crises para coordenar operações complexas, integrando pessoas, processos e informações em um único ambiente operacional.

O SCO Digital transformará a forma de gerenciar operações. A plataforma permite registrar ocorrências, acompanhar o emprego de equipes e equipamentos, compartilhar informações entre diferentes instituições, visualizar mapas operacionais, gerenciar recursos críticos, documentar decisões e produzir relatórios automaticamente. Todas as informações passam a estar disponíveis em tempo real para os diferentes níveis de comando, reduzindo retrabalho, aumentando a rastreabilidade das ações e proporcionando maior agilidade na tomada de decisões.

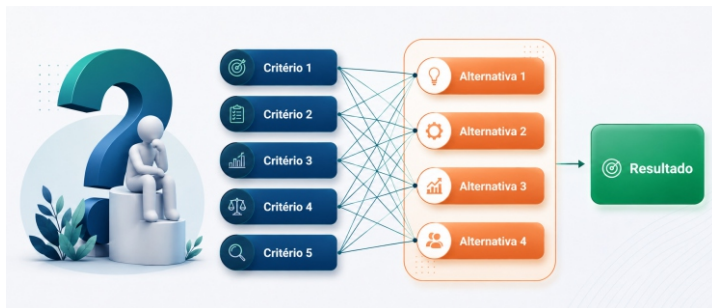
Integrado ao Centro de Inteligência em Defesa Civil (CIDEC), o SCO Digital fortalece a coordenação interinstitucional e amplia a capacidade de resposta do Estado diante de desastres naturais e outras ocorrências complexas. Se, em 2013, o Posto de Comando Central funcionava como o cérebro da operação utilizando mapas e formulários em papel, hoje esse mesmo conceito evolui para um ambiente digital, colaborativo e conectado, onde a informação circula na velocidade exigida pelas emergências.

A implantação do SCO Digital representa, portanto, mais do que a adoção de uma nova tecnologia. Ela consolida a evolução do Sistema de Comando em Operações no Espírito Santo e reafirma o compromisso do CBMES e de seus parceiros com uma resposta cada vez mais integrada, inteligente e eficiente, colocando a inovação a serviço da proteção da população capixaba.



Avaliação Multicritério: decisões mais transparentes

Por Germano Felipe Wernersbach Neto – Coordenador do Programa Águas e Paisagem II



Na administração pública, decidir raramente se resume a escolher a opção de menor custo financeiro. O gestor público precisa harmonizar diversas variáveis e critérios que, com frequência, apresentam pontos de convergência e conflito.

Nesse contexto, a Avaliação Multicritério (ou Análise de Decisão Multicritério - MCDA) consolida-se como uma valiosa ferramenta técnica de gestão. Trata-se de um conjunto de métodos analíticos que apoia a tomada de decisão ao permitir comparar, ordenar ou selecionar alternativas frente a múltiplos critérios de avaliação. Em termos práticos, é uma metodologia estruturada para orientar decisões complexas em cenários onde não há uma resposta viável pautada em um único fator (como o menor preço).

Um exemplo prático dessa aplicação ocorreu no âmbito do Programa Águas e Paisagem II, em relação à tomada de decisão do Ordenador de Despesas e do Comitê Diretivo referente à modelagem de contratação do apoio técnico-operacional às UGP/UIPs — ponderando entre a contratação de uma empresa de consultoria e o modelo baseado em consultores individuais. Para fundamentar essa escolha, foi elaborada a Nota Técnica nº 06 – UGP SEAMA, que avaliou as opções de forma qualitativa e quantitativa a partir de múltiplos critérios, auxiliando os decisores na seleção da alternativa mais adequada sob cenários de incerteza e interesses concorrentes.

A adoção do MCDA apoia o setor público ao transformar escolhas complexas e subjetivas em processos fundamentados, auditáveis e transparentes. Destacam-se como seus principais benefícios para a gestão pública:

Transparência e Auditabilidade (Accountability): Órgãos de controle, como os Tribunais de Contas, exigem fundamentação clara para a alocação de recursos públicos. O MCDA gera uma matriz documentada que justifica matematicamente e logicamente a escolha de uma alternativa em detrimento de outra, mitigando riscos de arbitrariedade.

Conciliação de Interesses Conflitantes: Permite integrar e ponderar critérios mensurados em unidades distintas (ex.: custo orçamentário em reais, tempo de execução em dias e grau de atendimento à necessidade operacional em escala qualitativa).

Engajamento de Múltiplos Stakeholders: Métodos como o Analytic Hierarchy Process (AHP) viabilizam a inclusão da preferência de diferentes atores (equipes técnicas, gestores e especialistas) na definição dos pesos de cada critério, favorecendo o consenso.

Fluxo Típico de Aplicação

Definição do Problema: Identificação do objetivo central (ex.: "Selecionar o melhor modelo de contratação de apoio à gestão").

Mapeamento de Alternativas: Levantamento das opções viáveis (ex.: Consultoria por Pessoa Jurídica vs. Consultores Individuais).

Estabelecimento de Critérios: Definição dos parâmetros de avaliação (ex.: Custo, sustentabilidade operacional, flexibilidade de alocação de equipe, passivos trabalhistas, etc.).

Atribuição de Pesos: Determinação da relevância relativa de cada critério com base em diretrizes institucionais e pareceres técnicos.

Avaliação e Análise de Sensibilidade: Aplicação de método matemático (ex.: AHP, TOPSIS, ELECTRE) e/ou eliminação de cenários extremos.

A implementação dessa metodologia — cujo aprimoramento contínuo permanece no horizonte da equipe técnica — já fortalece substancialmente a tomada de decisão, reforçando os compromissos de accountability e transparência (disclosure) inerentes à gestão pública.



Águas e Paisagem II

Programa Capixaba de Segurança Hídrica

Clique e confira as edições anteriores do Boletim Informativo.

Edição 01

Edição 02

Edição 03

Edição 04

Edição 05

Edição 06

Edição 07

Edição 08

Edição 09

Edição 10

Edição 11

Edição 12

Edição 13